

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº. 003/2022

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL PELA INTERNET

PESSOA JURÍDICA:
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ DA PESSOA JURÍDICA:
TELEFONE COMERCIAL(S):
E-MAIL COMERCIAL:
PESSOA DE CONTATO:
E-MAIL PESSOAL:
OBS:

Senhor (a) Licitante,

Objetivando comunicação futura entre a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e essa empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa do recibo de retirada do Edital supra, à Comissão Permanente de Licitação – CPL, por meio do e-mail: licitacao@uenf.br.

O não encaminhamento do recibo exime a Comissão de Permanente de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, devendo, caso não envie o presente recibo, para ter ciência dos esclarecimentos, impugnações, recursos administrativos e demais avisos, acessar o endereço da página eletrônica da Universidade (www.uenf.br).

Nome legível e Carimbo do CNPJ da empresa

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Comissão Permanente de Licitação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº. 003/2022

1 - INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**, localizada na Avenida Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, CEP.: 28.013-602, Campos dos Goytacazes/RJ, torna público que, devidamente autorizado pelo Magnífico Reitor no processo administrativo nº **SEI-260009/006097/2021**, fará realizar no dia **14/07/2022 (QUATORZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS) às 14 (quatorze) horas, na sala de Reunião da Reitoria, situada no 1º andar do prédio da Reitoria (E1), do Campus da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ**, a licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** do tipo **MAIOR VALOR (ÍNDICE DE FATOR DE JULGAMENTO)**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar n.º 123, de 14.12.06, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80 e Decreto n.º 42.445, de 04.05.10, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, normas estas que os Licitantes e interessados declaram conhecer.

1.2 As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.3 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.uenf.br e www.compras.rj.gov.br, podendo alternativamente, ser adquirido em meio eletrônico, mediante a entrega de 02 (dois) DVDs-R, 4.7 GB, virgens, acondicionados em embalagens plásticas rígidas, na Av. Alberto Lamego, 2000, 1º andar, prédio E1 (Reitoria), Sala 115, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ.

1.4 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço Av. Alberto Lamego, 2000, 1º andar, sala 115, prédio E1 (Reitoria), Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, de 09 horas até 16 horas, pelo telefone nº (22) 2748-6065, ou pelo e-mail licitacao@uenf.br.

1.4.1 Caberá ao Presidente da Comissão de Licitação, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.2.

1.5 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Av. Alberto Lamego, 2000, sala 115, prédio E1 (Reitoria), Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, de 09 horas até 16 horas ou pelo e-mail: licitacao@uenf.br.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

1.5.1 Caberá à AUTORIDADE SUPERIOR, auxiliada pelo Presidente da Comissão de Licitação, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.2.

2 - DO OBJETO

2.1 O objeto da presente Concorrência é a escolha de proposta mais vantajosa para a outorga de PERMISSÃO DE USO de parte do imóvel denominado Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF – Campus Carlos Alberto Dias – Macaé/RJ, localizado na Av. Brennand, s/nº - Parque Industrial Bellavista - Imboassica - Macaé - Rio de Janeiro (RJ), para funcionamento e exploração lucrativa de LANCHONETE E RESTAURANTE, destinado ao fornecimento de lanches, refeições e correlatos para servidores, funcionários terceirizados, alunos da UENF e visitantes, conforme Edital e Anexos.

2.2 Antes da apresentação de sua proposta, os licitantes poderão tomar conhecimento das normas e diretrizes da UENF relacionadas com o presente edital, providenciando a obtenção de todas as informações necessárias sobre as condições e peculiaridades do local e que deverão ser devidamente consideradas na composição dos preços de sua Proposta Comercial.

2.3 Com a finalidade de balizar a previsão de seus cálculos e formular sua proposta, as empresas interessadas **poderão visitar (VISITA FACULTATIVA)** as instalações definidas no Termo de Referência, a ser previamente agendada pelo e-mail **campusuenf.macaee@gmail.com**, até a data anterior à data marcada para a realização do certame. Para a visita, o licitante ou o seu representante deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil que contenha foto e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da visita.

2.3.1 O não exercício do direito de visita por parte da empresa interessada, por qualquer motivo, não permitirá a mesma, no futuro, alegar qualquer desconhecimento que implique no descumprimento de qualquer cláusula do contrato ou dos termos deste Edital e da formulação de sua proposta, bem como, será de sua responsabilidade a assunção de eventuais prejuízos em decorrência do não exercício de tal direito.

2.3.2 A Empresa deverá apresentar a declaração do **ANEXO III (Declaração de Pleno Conhecimento)**, assinada por preposto credenciado ou Representante legal da empresa.

2.3.3 O não exercício do direito de visita não impede que as empresas interessadas participem do Processo Licitatório.

2.3.4 Não será emitido e/ou assinado, pelo(s) servidore(s) da Universidade responsável(is) pela condução da vistoria facultativa, nenhum atestado ou declaração por ocasião da realização da mesma.

2.3.5 O licitante, seus empregados, representantes e agentes, desde já desoneram a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro de toda e qualquer responsabilidade relativamente à referida visita facultativa, no que tange a danos morais e/ou materiais, que venham a ocorrer em decorrência desta.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

2.3.6 Todos os custos decorrentes da realização da visita correrão por conta de cada licitante interessado.

3 - VALORES ESTIMADO PARA A PERMISSÃO DE USO

3.1 A remuneração da permissão será de no mínimo (limite inferior) de **R\$ 8.820,00 (oito mil oitocentos e vinte reais)**, conforme Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica Urbano (PTAMU).

3.1.1 As receitas oriundas da remuneração da permissão de uso são classificadas no código de receita nº **1 | 3 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1**.

4 - TIPO DE LICITAÇÃO

4.1 A presente Concorrência rege-se pelo tipo **MAIOR VALOR (ÍNDICE DE FATOR DE JULGAMENTO)**, conforme **planilha de cálculo de fator de julgamento - ANEXO I**.

4.2 O licitante arrematante será aquele que apresentar **MAIOR VALOR (ÍNDICE DE FATOR DE JULGAMENTO)** como proposta, calculado conforme **planilha de cálculo de fator de julgamento - ANEXO I**.

4.3 Para obtenção do **VALOR (ÍNDICE DE FATOR DE JULGAMENTO)** a empresa **DEVERÁ UTILIZAR o ANEXO I** (planilha de cálculo de fator de julgamento), inserindo nos campos próprios da planilha, o valor da remuneração mensal da permissão de uso, que deverá ser maior do que **R\$ 8.820,00 (oito mil oitocentos e vinte reais)** e o valor unitário do prato feito, que deverá ser menor ou igual a **R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)**.

4.3.1 O valor da remuneração da permissão não poderá ser inferior a **R\$ 8.820,00 (oito mil oitocentos e vinte reais)**, conforme disposto no Termo de Referência (**ANEXO 1**), sob pena de desclassificação.

4.3.2 O valor máximo de alimentação do tipo **PRATO FEITO NÃO PODERÁ** ultrapassar o valor de **R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)**, conforme disposto no Termo de Referência (**ANEXO 1**), sob pena de desclassificação.

4.4 Não será aceito **VALOR (ÍNDICE DE FATOR DE JULGAMENTO)** de lance calculado de outro modo, senão pela forma definida no subitem acima.

4.5 A correta utilização do **ANEXO I – planilha de cálculo de fator de julgamento** para obtenção do **VALOR (ÍNDICE DE FATOR DE JULGAMENTO)** de proposta é de inteira responsabilidade do licitante, sob pena de desclassificação.

4.6 A empresa arrematante deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, o **ANEXO I – planilha de cálculo** devidamente preenchido e assinado, com o **VALOR MENSAL DE PERMISSÃO e VALOR MÁXIMO DO PRATO FEITO**, em conformidade com o resultado do **VALOR (ÍNDICE DE FATOR DE JULGAMENTO)**.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

5 - CONDIÇÕES GERAIS

5.1 A remuneração da permissão será de no mínimo (limite inferior) de **R\$ 8.820,00 (oito mil oitocentos e vinte reais)**, conforme Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica Urbano (PTAMU).

5.2 O valor de alimentação do tipo autosserviço a quilo será de livre fixação e **NÃO** será levado em consideração para cálculo do **VALOR (ÍNDICE DE FATOR DE JULGAMENTO)**.

6 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente Concorrência todas as empresas interessadas, que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital.

6.2 Não serão admitidas na licitação as empresas:

a) suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93.

b) Impedidas de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

6.3 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.3.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

6.5 Não será permitida a participação em regime de consórcio.

7 - DOS PRAZOS

7.1 O prazo para Permissão de Uso será de **24 (vinte e quatro) meses**, sem descaracterizar a precariedade do ato, prorrogável até o prazo máximo de **60 (sessenta) meses**, nos termos do art. 35, da Lei Complementar nº 08/77, contados a partir da data de publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

8 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 No local, na data e na hora fixados no item 1.1, os Licitantes apresentarão suas propostas em **02 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e lacrados**, designados respectivamente por “A” e “B”, constando **obrigatoriamente** da parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

**I – ENVELOPE “A” – HABILITAÇÃO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CONCORRÊNCIA – Nº 003/2022
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE**

**II – ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CONCORRÊNCIA – Nº 003/2022
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE**

8.1.1 Os envelopes poderão ser encaminhados à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, por via postal, com comprovação mediante Aviso de Recebimento – AR, ou serem entregues diretamente no endereço da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – **Protocolo Geral** localizado na Avenida Alberto Lamego, 2000, térreo, Prédio E1 (Reitoria), Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, caso a licitante opte por não designar um representante legal para participar da sessão pública, desde que entregues e/ou recebidos um dia antes da abertura da sessão pública.

8.1.2 Na hipótese de remessa por via postal ou entrega, os dois envelopes, lacrados, deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão Permanente de Licitação/CPL (Avenida Alberto Lamego, 2000, sala 115, Prédio E1 (Reitoria), Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ), com as identificações indicadas no item 8.1, em cada envelope.

8.1.2.1 Ainda, no tocante aos envelopes apresentados junto à UENF, por via postal, serão considerados, para efeito de participação da sessão pública e, conseqüentemente, de análise dos documentos, tão somente aqueles cujo recebimento no Protocolo Geral tenha ocorrido até o dia anterior da data marcada para abertura da sessão pública.

8.1.3 Haverá um prazo de tolerância improrrogável de 10 (dez) minutos para a entrega e/ou recebimento dos envelopes presenciais, bem como para participação na sessão.

8.1.4 Após a tolerância improrrogável de 10 (dez) minutos, às 14:10 (quatorze horas e dez minutos), o presidente da comissão de licitação declarará instalada a sessão de recebimento dos envelopes “A” - HABILITAÇÃO e “B” - PROPOSTA DE PREÇOS desta licitação, sendo vedado, a partir deste momento, a entrega e/ou recebimento de outros documentos e/ou envelopes.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

8.2 Os documentos dos envelopes “A” – **HABILITAÇÃO** e “B” – **PROPOSTA DE PREÇOS**, serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

8.2-A O licitante deverá apresentar, dentro do envelope “B” – **PROPOSTA DE PREÇOS**, como anexo da proposta comercial, a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta (ANEXO V)**.

8.3 Os documentos exigidos no **ENVELOPE “A” – HABILITAÇÃO** - deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, na forma do Art. 32 da Lei Federal 8.666/93, encadernados, com as folhas numeradas seqüencialmente e rubricadas pelo representante legal do Licitante. A documentação das empresas estrangeiras e quaisquer outros provenientes do exterior deverão estar autenticados pelo Consulado Brasileiro no país de origem e integralmente traduzidos por tradutor juramentado.

8.3.1 Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa a agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.

8.3.2 A exibição do documento original ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação dispensa a autenticação em cartório.

8.4 Pode a Comissão Permanente de Licitação solicitar a exibição do original de qualquer documento, no prazo máximo 02 (dois) dias úteis, após a abertura do Envelope “A”.

8.5 A **proposta detalhe** de preço (**ANEXO 2**) será apresentada em 02 (duas) vias, conforme modelo padronizado fornecido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, rubricadas pelo representante legal da empresa. Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de discrepância entre estes, a indicação por extenso.

8.5.1 Além dos documentos mencionados nos subitens 8.2-A e 8.5, o **ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter:

a) a **planilha de cálculo de fator de julgamento - ANEXO I** devidamente preenchida, conforme instruções detalhadas no item 4 deste Edital

8.6 Não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos depois de entregues os envelopes à Comissão Permanente de Licitação.

8.7 O **ENVELOPE “A” – HABILITAÇÃO** conterá os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeira e da regularidade fiscal do Licitante, conforme a seguir discriminado no item 9.

9 - OS DOCUMENTOS DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Habilitação Jurídica

9.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

9.1.2 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.5 Caso o licitante se enquadre como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do **ANEXO VI**, do Edital.

9.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.3 Prova de regularidade perante as Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:

9.2.3.1 A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante; que abrange, inclusive, as contribuições sociais (Item previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

9.2.3.2 A prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

9.2.3.2.1 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio de apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

9.2.3.2.2 Caso o licitante seja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio de apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda e certidão de Dívida Ativa para fins de Licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

9.2.3.3 A prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre serviços de qualquer natureza, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

9.2.4 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

9.2.6 Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

9.2.7 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o **prazo de 05 (cinco) dias úteis** para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

9.2.8 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

9.2.9 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.3 Qualificação técnica

9.3.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

9.3.1.1 Alvará de Funcionamento.

9.3.1.2 Declaração de pleno conhecimento (**ANEXO III**).

9.3.1.3 Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente ou ter contratado, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior com registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN) de qualquer unidade da Federação, na forma da Resolução CFN nº 510/2012, feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CRN, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s).

9.3.1.3.1 Em se tratando de sócio da empresa, o Contrato Social da licitante comprovará o vínculo.

9.3.1.3.2 No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, essas serão inabilitadas.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

9.4 Qualificação econômico financeira

9.4.1 Certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

9.4.1.1 As certidões comprobatórias do atendimento do subitem 9.4.3, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

9.4.1.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

9.5 Declaração relativa ao trabalho de menores

9.5.1 Declaração do licitante (**ANEXO VII**) de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

9.6 Do certificado cadastral

9.6.1 O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Logística-SUBLOG da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança SECCG, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 9.1, 9.2, 9.4 e 9.5.

9.7 As certidões referidas no item 9 valerão nos prazos que lhe são próprios, ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

9.8 Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

10 - A PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: a **Proposta detalhe de Preço (ANEXO 2)** em duas vias, a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta (ANEXO V)**, a **planilha de cálculo de fator de julgamento - ANEXO I**, apresentados e preenchidos, por meio mecânico ou eletrônico, sem emenda, rasura, entrelinha ou ressalva.

10.2 A **Proposta detalhe de Preços (ANEXO 2)**, modelo fornecido pela Comissão Permanente de Licitação, devidamente rubricado pelo representante legal da licitante, deverá informar os valores da remuneração mensal, do prato feito unitário e do índice, conforme extraído **planilha de cálculo de fator de julgamento - ANEXO I**, referente ao mês da apresentação da proposta, em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso, e ser devidamente assinada pelo representante legal do Licitante.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

11 - PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 No local, no dia e na hora previstos neste Edital, em sessão pública, deverão comparecer os Licitantes, munidos dos envelopes “**A**” e “**B**”, apresentados na forma definida no item 8. Os Licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos, que para tanto deverão estar portando a **Carta de credenciamento** para todos os atos da licitação, assinada pelo representante legal da empresa, **com firma reconhecida**, conforme **ANEXO VIII**, que deverá ser entregue, **fora do envelope**, à Comissão Permanente de Licitação.

11.1.1 Haverá um prazo de tolerância improrrogável de 10 (dez) minutos para a entrega e/ou recebimento dos envelopes, bem como para participação na sessão.

11.1.2 Após a tolerância improrrogável de 10 (dez) minutos, às 14h10min (quatorze horas e dez minutos), o presidente da comissão de licitação declarará instalada a sessão de recebimento dos envelopes “**A**” (HABILITAÇÃO) e “**B**”(PROPOSTA DE PREÇOS) desta licitação, sendo vedado, a partir deste momento, a entrega e/ou recebimento de outros documentos ou envelopes.

11.2 A ausência de representantes credenciados não exclui a participação do certame, ficando, todavia, aqueles que se apresentem sem o devido credenciamento impossibilitados de responder pelo Licitante e, em seu nome, praticar qualquer ato.

11.2-A Além dos documentos mencionados no item 11.1, os licitantes deverão **apresentar fora de qualquer envelope** ao Presidente da Comissão de Licitação **Declaração de inexistência de penalidade**, na forma do **ANEXO IX**.

11.2-B Uma vez recebidos os documentos, a Comissão de Licitação consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

11.2-C Caso o Licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 11.2-B, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo à Comissão de Licitação declarar tal condição.

11.3 Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes “**A**” e “**B**” de todos os Licitantes presentes e abertos os envelopes “**A**”, podendo a documentação deles constantes ser **examinada por todos os representantes devidamente credenciados**, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação. Após a abertura dos envelopes “**A**”, a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

11.4 Os envelopes “**B**” serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, que os rubricará, juntamente com os representantes credenciados dos Licitantes.

11.5 Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes “**A**” será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos representantes credenciados presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

11.6 Serão considerados habilitados os Licitantes que atenderem integralmente às condições previstas no item 9 deste Edital.

11.7 Após comunicado o resultado aos Licitantes, se poderá passar imediatamente à abertura dos envelopes **“B” – PROPOSTA DE PREÇOS**, desde que todos os Licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso, serão devolvidos aos Licitantes inabilitados os envelopes **“B” – PROPOSTA DE PREÇOS** – fechados.

11.8 Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os Licitantes, será designada data para abertura dos envelopes **“B” – PROPOSTA DE PREÇOS**, observado o prazo de recurso de 05 (cinco) dias úteis, estabelecido no item 17.1 deste Edital.

11.9 Ultrapassada a fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação não mais poderá desclassificar os Licitantes por motivos relacionados com a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.

11.10 No dia, hora e local marcados para o julgamento das propostas e decorrido o prazo para recurso sem a sua interposição, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa de todos os Licitantes ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as Propostas de Preços dos Licitantes habilitados.

11.11 A planilha de cálculo de fator de julgamento - **ANEXO I** será verificada pela Comissão Permanente de Licitação, quanto a erros, que serão corrigidos da seguinte forma:

11.11.1 Erro dos valores de remuneração e/ou do prato feito - será retificado, mantendo-se o índice, desde que os valores registrados na planilha não se enquadrem nos critérios de desclassificação definidos no item 11.3 e 11.4 deste Edital.

11.12 O preço total, apresentado na Proposta de Preços, corrigido pela Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com os procedimentos constantes no subitem 11.11 e após anuência do Licitante, constituirá o valor da proposta. Se o Licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

11.13 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital.

11.14 O Licitante terá sua proposta de preços desclassificada, nas seguintes hipóteses:

- a) O valor da remuneração da permissão for inferior a **R\$ 8.820,00 (oito mil oitocentos e vinte reais)**, conforme disposto no Termo de Referência (**ANEXO 1**).
- b) O valor de alimentação do tipo **PRATO FEITO** ultrapassar o valor de **R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)**, conforme disposto no Termo de Referência (**ANEXO 1**).

11.15 No caso de empate entre as propostas de **MAIOR ÍNDICE**, será utilizado o critério de sorteio, em ato público, com a presença de todos os licitantes.

11.16 Havendo empate no momento do julgamento das propostas, será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a licitação tenha sido vencida por empresa que não detenha tal condição.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

11.17 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas (ÍNDICE) por estas apresentadas iguais ou superiores em até 10% àquela mais bem classificada.

11.18 Havendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

11.18.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, proposta escrita de ÍNDICE, conforme Anexo I, SUPERIOR ao ÍNDICE considerado vencedor, hipótese na qual terá adjudicado em seu favor o objeto licitado.

11.18.2 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte que se apresente neste caso não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

11.18.3 Na situação de empate na forma antes prevista, existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, proceder-se-á ao sorteio entre estas com vistas a se identificar àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.19 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.20 Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos Licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação.

11.21 O julgamento das **PROPOSTAS DE PREÇOS (ENVELOPE “B”)** e a classificação final das propostas será objeto de ata circunstanciada, que será assinada pelos Licitantes credenciados presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

11.22 Quando da homologação do resultado do certame, e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes inabilitados que ainda não tiverem retirado os envelopes de **PROPOSTAS DE PREÇOS**, deverão ser notificados a fazê-lo, no prazo de 60 dias do recebimento da comunicação. Se houver recusa expressa ou tácita dos interessados, a Comissão de Licitação ou o agente público competente estará autorizado a inutilizar os envelopes.

12 - DA HOMOLOGAÇÃO, DA ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO

12.1 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Competente, o objeto da licitação será adjudicado ao Licitante vencedor, que será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO IV**.

12.2 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os Licitantes remanescentes

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Comissão Permanente de Licitação

que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.3 Quando da homologação do resultado do certame, e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes inabilitados que ainda não tiverem retirado os envelopes de PROPOSTAS DE PREÇOS, deverão ser notificados a fazê-lo, no prazo de 60 dias do recebimento da comunicação. Se houver recusa expressa ou tácita dos interessados, a Comissão de Licitação ou o agente público competente estará autorizado a inutilizar os envelopes.

13 - GARANTIA

13.1 A PERMISSIONÁRIA deverá apresentar à PERMITENTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 01 % (um por cento) a ser prestada em qualquer das modalidades e limites de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93 - a ser restituída após sua execução satisfatória.

13.1.1 A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à PERMISSIONÁRIA;
- c) prejuízos diretos causados à PERMITENTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela PERMISSIONÁRIA.

13.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

13.3 Caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 80 % (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas "a" e "b", art. 48, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, será exigida para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 56, igual à diferença entre o valor resultante do parágrafo 1º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93 e o valor da correspondente proposta.

13.4 O levantamento da caução contratual por parte da PERMISSIONÁRIA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente, após a aceitação definitiva da obra.

13.5 Em caso de rescisão decorrente de ato praticado pela contratada, a garantia reverterá integralmente ao contratante, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da caução prestada e o débito verificado.

13.6 Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a Administração se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela contratada, na recomposição das perdas e danos sofridos. A PERMISSIONÁRIA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes à sua notificação.

13.7 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa PERMISSIONÁRIA deverá complementar, no prazo de 48 horas, o valor da caução para que seja mantido o percentual de 01 % (um por cento) do valor do Contrato.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Comissão Permanente de Licitação

13.8 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

14 - COOPERATIVAS DE TRABALHO

14.1 Não será admitida a participação de cooperativas, tendo em vista ser inerente à exploração da área contemplada neste ato convocatório a presença dos elementos de subordinação, pessoalidade e habitualidade, característicos da relação de emprego entre o PERMISSONÁRIO e seus empregados.

15 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 Como contraprestação pela permissão de uso, a PERMISSONÁRIA pagará, mensalmente, a importância constante da proposta vencedora, que deverá ser realizada por meio de Guia de recolhimento do estado do Rio de Janeiro (GRE), preenchida pelo portal GRE, em www.fazenda.rj.gov.br.

15.1.1 O pagamento a que se refere este item deverá ser efetivado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de cada mês de uso do imóvel.

15.1.2 O não pagamento do valor estipulado no dia aprazado sujeitará a PERMISSONÁRIA à multa de mora no valor de 2% (dois por cento) do valor da prestação, além da incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e da atualização monetária do valor original pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, sem prejuízo da rescisão unilateral do Termo pela Administração.

15.1.3 O pagamento relativo ao primeiro mês de exploração da área será devido a contar da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, proporcionalmente, observado o mês comercial de 30 (trinta) dias para efeito do cálculo.

15.2 O Contrato será reajustado após 12 (doze) meses da data da publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial, de acordo com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, ou outro índice oficial determinado pelo Governo Estadual.

15.2.1 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.

15.3 Correrão por conta da Permissionária todas as despesas decorrentes do uso do imóvel, tais como, impostos Federais, Estaduais e Municipais, taxas de serviço e outras que se fizerem necessárias e forem geradas por esta, obrigando-se o mesmo a efetuar os respectivos pagamentos nas devidas épocas.

15.4 Obriga-se a PERMISSONÁRIA a contratar seguro de Responsabilidade Civil e de Fogo/Incêndio do imóvel.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

15.5 Os seguros serão renovados anualmente, enquanto perdurar a ocupação do imóvel, até a sua efetiva devolução.

15.6 O seguro contratado deverá ser comprovado perante a AUTORIDADE SUPERIOR da Universidade Estadual do Norte Fluminense, no prazo de 07 (sete) dias úteis contados da assinatura do Termo de Permissão de Uso.

15.6.1 As renovações anuais serão comprovadas no prazo de 07 (sete) dias úteis de suas efetivações.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

16.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a PERMISSONÁRIA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

16.2 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

16.2.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

16.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente.

16.3.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 16.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

16.3.2 A sanção prevista na alínea c, do item 16.1 será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

16.3.3 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 16.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

16.4 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 16.1:

- a) corresponderá ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Comissão Permanente de Licitação

- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- f) deverá observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

16.5 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 16.1:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

16.6 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 16.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados, devendo ser aplicada, dentre outras, nas seguintes hipóteses:

- a) fraudar na execução contratual, por meio da prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública;
- b) comportar-se de modo inidôneo, por meio da prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

16.6.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

16.7 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

16.8 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 16.1, e no item 16.7, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

16.9 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

16.10 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

16.10.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

16.10.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Comissão Permanente de Licitação

16.10.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 16.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 16.1.

16.10.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

16.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

16.12 As penalidades previstas no item 16.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

16.12.1 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b)** impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

16.13 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

16.13.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 16.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

16.13.2 A aplicação das sanções mencionadas no subitem 16.13.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

17 - DOS RECURSOS

17.1 Os recursos das decisões da Comissão Permanente de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da data da lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Magnífico Reitor. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o recurso à autoridade superior.

17.2 A Comissão de Licitação dará ciência dos recursos aos demais Licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Comissão Permanente de Licitação

17.3 Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação de Licitante, ou contra o julgamento da Proposta de Preços terão efeito suspensivo.

17.4 A intimação dos atos referidos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “e” do inciso I do Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado – Parte I, salvo os casos de habilitação ou inabilitação dos Licitantes e julgamento das propostas, se presentes os prepostos de todos os Licitantes no ato em que for proferida a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados, que, nesta hipótese, assinarão a ata.

18 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

18.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93 e na cláusula décima da minuta do Termo de Permissão de Uso (**ANEXO IV**), dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

18.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Termo de Permissão de Uso não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

18.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Universidade -Geral do Estado, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto 3.149/80.

18.4 A PERMISSONÁRIA é responsável por danos causados à PERMITENTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

18.5 A PERMISSONÁRIA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a PERMITENTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

18.6 A PERMISSONÁRIA será obrigado a re apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

18.7 A ausência da apresentação dos documentos mencionados no item 18.6 ensejará a imediata expedição de notificação à PERMISSONÁRIA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Comissão Permanente de Licitação

18.8 Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

18.9 No caso do item 18.8, será expedida notificação à PERMISSIONÁRIA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

19 - DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

20 - DO FORO

20.1 É competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação, à contratação e à execução dela decorrentes o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

21.1 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

21.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

21.3 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

21.4 É facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.5 A critério da Comissão de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

21.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, ouvida previamente a Comissão de Licitação.

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Comissão Permanente de Licitação

21.7 São os seguintes os anexos deste Edital, que dele fazem parte integrante:

ANEXO 1 – Termo de Referência
ANEXO 2 – Proposta detalhe de preços (Planilha Eletrônica)
ANEXO I – Planilha de cálculo de fator de julgamento (Planilha Eletrônica)
ANEXO II – Planta do espaço (.PDF)
ANEXO III – Declaração de Pleno Conhecimento (.DOC)
ANEXO IV – Termo de Permissão de Uso (PDF)
ANEXO V – Declaração elaboração independente de proposta (.DOC)
ANEXO VI - Declaração de empresas de pequeno porte e microempresas (.DOC)
ANEXO VII – Declaração de menor (.DOC)
ANEXO VIII – Carta de Credenciamento (.DOC)
ANEXO IX – Declaração de inexistência de penalidade (.DOC)

Campos dos Goytacazes/RJ, 14 de junho de 2022.

**Raul Ernesto Lopez Palacio
Reitor da UENF**